



CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 02, Nº 23 - 15 de Maio de 2012

O que elas têm em comum?



Após confisco feito por Collor em 1990, governo Dilma muda regra da poupança vigente desde 1861 e cria um “confisco programado”. Com as novas regras, poupança pode render menos que inflação e garante segurança para os bancos.

Por Daniel Romero

Após FHC e Lula terem sustentado os juros mais altos do mundo, o governo Dilma anuncia que era dos juros altos tem que acabar.

Estranhamente, afirmou que isto só é possível se se reduzir a remuneração da poupança.

No entanto, será mesmo a poupança, que rende 6% ao ano, a responsável pelos bancos co-

brarem 238% no cartão de crédito e 185% no cheque especial?

Após quase duas décadas do Brasil ser campeão de juros altos, será que o vilão durante este tempo todo foi o pequeno poupador, aquele que tem depositado um valor médio que não ultrapassa R\$ 100,00?

Em uma combinação de confisco com estelio-

nato, governo Dilma altera a única possibilidade do trabalhador preservar seu dinheiro da inflação e cria uma proteção aos bancos com os recursos dos setores mais pobres.

O Contra-corrente desta quinzena analisa o confisco do governo sobre a poupança, se os juros de fato estão caindo e as cinco razões dos juros no Brasil serem tão elevados.

O segundo confisco à poupança

Novas regras da poupança criam um Robin Hood às avessas: bancos lucrarão mais de R\$ 2 bilhões por ano a cada redução de 0,5% da poupança.

Com a desaceleração econômica, o governo Dilma tem adotado algumas medidas para tentar retomar o crescimento.

A iniciativa se deu com a redução da taxa Selic para 9% ao ano, taxa que remunera os títulos da dívida pública brasileira.

Mesmo tendo sido modesta a redução – porque continuamos com uma das taxas mais altas do mundo –, os bancos privados no Brasil alertaram: baixar a taxa ameaçaria a rolagem da dívida, pois dificultaria a realização de novos empréstimos para pagar dívida antiga.

Como se vê, a declaração dos bancos era mais do que um alerta, era uma ameaça.

Sendo os principais credores dos títulos da dívida pública, os bancos estavam anunciando que poderiam não ter mais interesse em continuar comprando os títulos do governo se eles continuassem baixando.

Para continuarem comprando os títulos, exigiam uma compensação.

A poupança: ela resistiu até agora

A compensação aos banqueiros veio com a mudança nas regras de correção da poupança.

A poupança foi criada em 1861 pelo Imperador D. Pedro II e desde então garantia uma remuneração de 6% ao ano.

Desde a sua criação, seu objetivo era receber as economias dos setores mais pobres do país.

Estas regras continuaram sendo aplicadas mesmo durante o governo Collor, quando, em 1990, os depósitos acima de 50

mil Cruzados Novos ficaram retidos por 18 meses.

Até abril passado, a poupança rendia 0,5% ao mês + TR (Taxa Referencial, indiretamente vinculada à taxa Selic; a TR de maio é de 0,04%).

De modo surpreendente, as regras da poupança sobreviveram a tudo e a todos por mais de 150 anos, mas não resistiram ao governo do PT.

O confisco programado

Com a mudança, a poupança pode render menos do que a inflação. Se a taxa Selic for igual ou inferior à 8,5%, a poupança

será remunerada em 70% da Selic + TR.

Se a Selic ficar em 8%, a poupança vai passar a render 5,6% no lugar dos cerca de 6,17% anteriores.

Atualmente, a inflação acumulada dos últimos 12 meses está em 5,1% (IPCA-IBGE).

Neste cenário, bastaria uma pequena elevação da inflação para correr a única fonte de reserva da população mais pobre.

A Anti-Robin Hood

Além disso, esta perda da poupança é um ganho para os bancos.

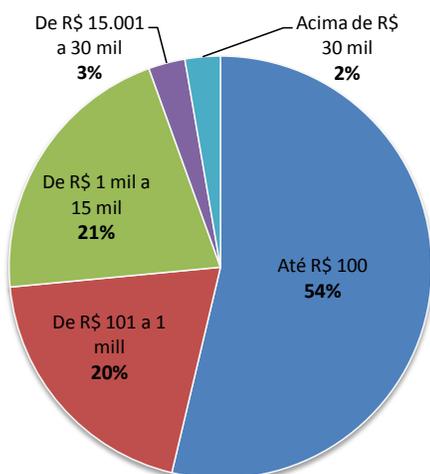
O patrimônio total da poupança no Brasil está em cerca de R\$ 420 bilhões.

Para cada 0,5 ponto percentual de redução da sua remuneração, os bancos ficam com cerca de R\$ 2,1 bilhões ao ano.

É uma verdadeira política anti-social, pois retira pequenas quantias de milhões de cadernetas, justamente dos setores mais pauperizados da população brasileira, para concentrá-las nas mãos do setor que tem os maiores lucros do país. ●

São eles os culpados?

Saldo dos depósitos da poupança.
Maioria das contas não chega a R\$ 100



Fonte: Inepad. Elaboração: Carta Capital (09 de maio de 2012).

Afinal, os juros estão baixando?

Á exceção de poucas mudanças, as medidas adotadas pelos bancos foram apenas comésticas, mas com muita propaganda. Em alguns casos, os juros chegaram a subir. E quando baixaram, foram compensados com aumento das tarifas

Não há horário nobre na televisão que não tenha propaganda dos bancos reduzindo juros.

Mas, por enquanto, é muito barulho por nada.

Nem a queda da Selic nem o confisco na poupança foram suficientes para que os juros de fato caíssem.

Levantamento no site do Banco Central



Mesmo com reduções pequenas, bancos criam compensações para queda dos juros (matéria exibida no Jornal Bom Dia Brasil de 21 de maio de 2012)

Não tire o olho das letras miúdas

Segundo Procon, bancos só divulgam as taxas mínimas e exigem compra de serviços, adesão a pacotes e conta-salário.

Banco	Cheque Especial		Financiamento Veículo		Empréstimo Pessoal		CDC	
	30/03	08/05	30/03	08/05	30/03	08/05	30/03	08/05
Banco do Brasil	8,65	8,58	1,67	1,42	2,66	2,57	2,16	1,94
Caixa	7,99	4,33	1,83	1,86	2,32	1,93	6,02	4,55
Itaú	8,86	8,73	1,84	1,59	4,11	3,70	Não Informado	
Bradesco	8,79	8,77	1,71	1,66	4,61	4,68	3,32	2,60
Santander	10,31	10,15	1,72	1,76	3,36	2,07	3,59	6,27
HSBC	10,12	10,32	1,63	1,60	4,34	3,81	4,12	2,92

Taxa de juros ao mês. Fonte: Banco Central. Divulgação em 19/05. Elaboração ILAESE.

mostra que, até 08 de maio, os juros praticados pelos bancos eram praticamente os mesmos.

Para pessoa física, a Caixa chegou a reduzir os juros do cheque especial e CDC, mas parou por aí.

No Banco do Brasil, o juros mais baixo é mais que o dobro da Selic, sem

contar eventuais taxas de cadastro ou adesão.

Caixa, Bradesco, Santander e HSBC chegaram a aumentar os juros em algumas das operações de crédito.

O jeito banco de reduzir os juros

Mesmo com reduções pequenas, os

bancos não garantem a todos as novas taxas.

O Procon de SP realizou levantamento em 02 de maio para verificar a veracidade das propagandas e já notificou os bancos em função de não estarem cumprindo com o prometido.

O mais comum é que

os bancos costumam divulgar as taxas mínimas das operações de crédito, mas o acesso a elas exige condições muito especiais ou desvantajosas, como a compra de títulos de capitalização, adesão a pacotes de serviços ou transferência do recebimento da conta-salário. •

As cinco razões dos juros altos no Brasil

O governo afirma que os juros são altos por causa do *spread*, a diferença entre o que banco paga ao aplicador para captar dinheiro e quanto o banco cobra para emprestar este mesmo dinheiro a um terceiro.

Em princípio, o governo tem razão. O *spread* é o lucro do atravessador e no Brasil este lucro é elevadíssimo.

Em levantamento do DIEESE se pode constatar que, **em comparação com países da América Latina e BRICS, o Brasil tem os maiores *spreads* entre todos: de 27,8%**. A maioria dos outros países está na faixa dos 3% (*Nota Técnica 109, abril de 2012*).

Ainda assim, os *spreads* são apenas parte da história, pois não identifica o papel que o próprio governo cumpre na manutenção dos juros altos.

Mesmo se os *spreads* caíssem, os juros continuariam elevados no Brasil em relação às taxas internacionais.

Alem dos *spreads*, os

juros no Brasil são altos por outras 04 razões principais:

O caráter rentista do Estado brasileiro

O processo de financeirização da economia internacional e o papel que o Brasil cumpre como plataforma de valorização do capital financeiro criou um Estado rentista, que vive para o financiamento e refinanciamento da dívida pública.

A manutenção desta política implica em juros elevadíssimos e a dívida se torna impagável.

A dívida pública brasileira pulou de R\$ 300 bilhões em 1995 para R\$ 3,38 trilhões em valores atuais, mesmo os governos FHC, Lula e Dilma já terem pago R\$ 12,89 trilhões durante todo este período.

Concentração bancária

O sistema bancário brasileiro é controlado por apenas 06 bancos (BB, Caixa, Itaú, Bradesco, Santander e HSBC), que concentram mais de 80%

dos ativos e das operações de crédito no país (ILAESE. *Grandes Bancos Brasileiros, parasitas do Brasil*. Setembro de 2011, pp. 32ss).

Com a crise atual, este setor se concentrou ainda mais, em função da aquisição de bancos médios e de investimento por parte dos 06 maiores.

BNDES – O Banco público das grandes empresas privadas

O papel que o BNDES tem cumprido tem sido nefasto e em nada tem contribuído para o desenvolvimento social.

Além de ter sido usado por todos os governos, desde Collor, na privatização das estatais, ele também tem sido usado na concentração de empresas, com a criação de monopólios privados, e crédito barato para o grande capital.

Apesar da choradeira contra os juros altos, os grandes empresários não pagam os juros de mercado, muito menos os juros que uma pessoa física

endividada no cartão ou cheque especial, porque recebem linhas de financiamento especiais por parte do BNDES.

O governo federal financia estas políticas ampliando ainda mais o endividamento público.

Banco público, gestão privada

Embora o governo tenha controle acionário sobre os bancos oficiais (BB e Caixa), a sua gestão segue a mesma lógica de um banco privado.

Apenas nos momentos de susto o governo se lembra que os bancos podem atuar de modo diferente, mas sempre o faz de modo tímido para não desvalorizar as ações do BB cotadas no mercado internacional.

Ainda mais nos momentos de crise, a estatização do sistema financeiro, o não pagamento da dívida pública e o uso dos bancos oficiais como efetivamente bancos públicos são as medidas mais concretas para retomar os empregos e combater a injustiça social no país. ●

EXPEDIENTE

Coordenação Nacional do ILAESE: Cristiano Monteiro, Daniel Romero, Érika Andreassy, Luci Praun, Nando Poeta e Nazareno Go-deiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Atividade Principal 91.99-5-00. **Contra-corrente** é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Editor responsável:** Daniel Romero.